EMBORNAL

Revista Eletrônica da Associação Nacional de História / Seção Ceará.

TRATOS E CAMINHOS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE: COMÉRCIO E CONSUMO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

Muirakytan K. de Macêdo[1]

RESUMO

A Ribeira do Seridó na Capitania do Rio Grande do Norte manteve intenso comércio com vários entrepostos das capitanias do Norte. Comercializou gados e produtos agrícolas tanto por vias terrestres em direção às feiras de gado, quanto por meio dos "portos do sertão". Analisamos estas atividades do mercado interno e seus deslocamentos, através dos inventários e testamentos da Ribeira do Seridó, onde eram declaradas as dívidas ativas e passivas dos proprietários, assim como os indícios dos logradouros onde seus produtos eram negociados e financiados. O artigo argumenta que esse comércio e tráfego se processaram com mais vigor pelos caminhos interiores entre Ceará, Paraíba e Pernambuco que propriamente com a Cidade de Natal, a sede da capitania do Rio Grande do Norte.

Palavras-chaves: Mercado interno; Ribeira do Seridó; Capitanias do Norte.

TRADE AND PATHS OF CAPTAINCY OF RIO GRANDE DO NORTE: TRADING AND CONSUMING BY SERIDÓ'S RIVERSIDE

ABSTRACT

Seridó's Riverside the Captaincy of Rio Grande do Norte maintained extensive trade with several warehouse in Northern captaincies. It traded cattle and agricultural products both inland toward the cattle fairs, and through the "harbors of the backlands". We analyzed such internal market activities and its motions, based on inventories and wills of Seridó's Riverside, in which the owners' active and passive debts were declared, as well as evidence of public sites where their products were traded and financed. This article claims that trade and traffic was done more vigorously through interior ways between Ceará, Paraíba and Pernambuco than via the city of Natal itself, the headquarters of the Captaincy of Rio Grande do Norte.

Keywords: Internal Market; Seridó's Riverside; Northern Captaincies.

RECEBIDO: 16 de outubro de 2016
AVALIADO: 09 de maio de 2017

[1] Professor Doutor do Departamento de História do CERES-UFRN. E-mail: muirakytan@uol.com.br

Rústicos Cabedais

Quando estruturada em torno de uma atividade economicamente rentável, a família colonial dos sertões gerava uma documentação notarial, expressa, em especial, em inventários e testamentos. A partir desses documentos faremos aqui uma análise das atividades econômicas realizadas no cenário da Ribeira do Seridó, localizada na região centro-sul da Capitania do Rio Grande do Norte. As tramas do mercado interno e sua dispersão por lugares e capitanias, partindo da Ribeira do Seridó, são tomadas aqui como primeiras aproximações analíticas, visto que a história econômica desses sertões no período colonial ainda requer muito esforço de pesquisa, a despeito dos significativos esforços de investigações acadêmicas.[2]

Voltamo-nos para a documentação de matriz familiar, visto que em pesquisas anteriores[3] estas fontes nos proporcionaram a análise verticalizada do cotidiano das fazendas de gados no plano econômico e doméstico. Por outro lado, constata-se a raridade de documentos que tratem diretamente da mercancia do gado que, provenientes das fazendas sitiadas nesses sertões, atingiam às oficinas de charqueamento e as feiras de gados[4]. Quando muito, a situação dos rebanhos pode ser analisada por meio dos contratos de arrematação de dízimos. No entanto, para o Rio Grande do Norte, mesmo essas fontes precisam de uma atenção sistemática que, no momento, não somos capazes de cumprir.

A documentação que nos foi possível analisar, considerando-se os limites desse artigo, advém de fontes produzidas pelos próprios proprietários de terras, ou seus familiares, envolvidos no processo mercantil. Destacamos aqui os testamentos e os inventários dos criadores de gados da Ribeira do Seridó na Capitania do Rio Grande do Norte. Uma peculiaridade desses documentos é que a morte ou está próxima do testamenteiro, ou já acometeu o inventariado. De maneira que o fatídico e inesperado evento sempre surpreendia o patrimônio ainda em pleno processamento. Sendo assim, por apresentarem o sempre inacabado perfil patrimonial familiar, tais documentos referem-se às praças, às movimentações ativas de compra e venda, aos débitos e créditos ligados aos negócios das unidades produtivas. Estas "demonstrações contábeis" aparecem nos inventários, especialmente, no encontro das "dívidas ativas" e "dívidas passivas", com a finalidade de, após a sua dedução, expor a real condição dos bens familiares.

[2] Cito alguns resultados de pesquisas que são sinais indicativos da construção de problemas, objetos e temas de história social e econômica no espaço dos sertões das "capitanias anexas" (Rio Grande, Paraíba e Ceará): DIAS, Thiago Alves. *Dinâmicas mercantis coloniais*: Capitania do Rio Grande do Norte 1760-1821. Dissertação (Mestrado). UFRN, Natal, 2011; MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais:* patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII). Tese (Doutorado). UFRN, Natal, 2007; ROLIM, Leonardo Cândido. *"Tempo das carnes" no Siará Grande*: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802). Dissertação (Mestrado). UFPB, João Pessoa, 2012.
[3] Cf. MACÊDO, op. cit.
[4] Sobre as fontes sobre o mercado interno de gados consulte-se OLIVEIRA, Almir Leal de. *As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII*. In: DORÉ, Andréa. SANTOS, Antônio César de Almeida. (Orgs.) Temas Setecentistas: Governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR – FCHLA/Funart; Araucária, 2008. p. 508.

Os testamentos são documentos de vésperas mórbidas. A consciência da mortalidade do indivíduo ganha, literalmente, materialidade nesse tipo de fonte. No gesto testamentário está fixada a voz, *verbum ad verbum*, das últimas vontades daquele que temia morrer sem reconhecer obrigações com credores e devedores, fossem eles terrenos ou celestes. Medo de morrer sem fazer o ajuste de contas com o mundo cível, das esmolas para as confrarias, das missas a serem rezadas e das despesas com o ritual funerário. Registravam-se neles a contabilidade de todos os bens ditados pelo indivíduo e o destino que eles deveriam tomar após sua morte. Era o momento de reconhecimento dos filhos legítimos e naturais a serem tomados como herdeiros. Além do que se procedia à declaração de dívidas a seus pares, a escravos e a dependentes. O não esquecimento desses episódios era uma demonstração de retidão moral que ia além do simples fato jurídico, visto que a lembrança reparadora influenciava diretamente na salvação ou danação da alma do testador. Os eventos contábeis poderiam ser acertados pelos que ficavam no plano terreno, já a alma desencarnada deveria esperar pela insondável decisão *sine die* do Juízo Final.

Os inventários - alguns anexam testamentos – eram lavrados pelo Juiz Ordinário de Órfãos e indicavam, sobretudo, o arrolamento, descrição e avaliação do patrimônio, sua partilha entre os herdeiros válidos e a rede creditícia nas dívidas que declaravam ter ou sofrer. Evidentemente, só produziam estes documentos a pequena fatia da população que no decurso de sua existência, amealhara bens de valor significativo para legar. Porém, é possível tangenciar os despossuídos, os pobres e os escravos, visto que eles são citados ou como bens (escravos), ou como credores e devedores (escravos e trabalhadores livres) dos inventariados.

Falecendo o proprietário dos bens familiares (o "cabeça de casal") o outro cônjuge (quando vivo), solicitava ao juiz a abertura do inventário. O juiz homologava o inventariante e os avaliadores (chamados de "louvados") dos bens. Também discriminava todos os herdeiros, dentre os quais os órfãos menores. A esses o juiz instituía um tutor para zelar pelo patrimônio a ser legado. O momento seguinte era a contabilização de tudo que o inventariado possuía e o que ele devia. Do encontro destas contas era estabelecido o legado.

Vistoriando a fazenda *in loco*, os "louvados" atribuiriam um valor a cada bem. A somatória deles formaria o "monte-mor". Em seguida verificariam as "dívidas ativas" e "passivas". Do "monte-mor" descontavam as dívidas e saldavam as despesas com o funeral. O que sobrava era dividido (meado) em duas partes. Uma metade iria para o cônjuge sobrevivente e outra fração igual era dividida em três partes. Dois terços dessa segunda metade eram divididos entre os herdeiros e a última fração, chamada a "terça" ou "tercinha", servia para saldar a "vontade" do morto com esmolas, doações, missas etc.

No Primeiro Cartório de Caicó (RN) encontramos 56 inventários para o período que estudamos. São documentos escritos entre 1737 e 1813. O pequeno número de autos dá a dimensão da concentração de rendas nas mãos de poucas famílias. Mas não esperemos grandes fortunas cristalizadas em construções soberbas, móveis finos e dinheiro sonante. Já desde os estudos de Alcântara Machado, em *Vida e Morte do Bandeirante*[5], publicado em 1928, fica mais claro o fato de que eram poucos os que detinham cabedal opulento em regiões distantes da zona açucareira. Tal obra fazia cair por terra a errônea impressão que circulava na historiografia tradicional acerca da riqueza das primeiras famílias colonizadoras dos espaços interioranos. O próprio Alcântara Machado, ao pesquisar diretamente os inventários coloniais paulistas, afirmou: "a fortuna que vem da agricultura e da pecuária é lenta e difícil. [...] Aí estão os indícios de que não tem fundamento o que por aí se afirma das fortunas coloniais".[6] Embora em espaço econômico e natural diferente, a Ribeira do Seridó guarda similitudes dessa ordem. No território do Seridó, de 1737 a 1813, 69,6% dos ativos das famílias não passavam de um conto de réis ("1.000$000", mil réis). E metade dessa porcentagem estava abaixo da cota de 500$000. (Ver Tabela 1).

TABELA 1

Ativos familiares nos inventários da Ribeira do Seridó

VALORES DOS ATIVOS (em réis)	1737-1759		1761-1778		1781-1799		1800-1813		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 500	01	14,3	04	40,0	11	44,0	05	35,7	21	37,5
501 – 1.000	02	28,5	04	40,0	07	28,0	05	35,7	18	32,1
1.001– 2.000	03	42,8	01	10,0	06	24,0	02	14,3	12	21,4
2.001 – 3.000	*	*	*	*	01	4,0	01	7,1	02	3,6
3.001 – 4.000	01	14,3	01	10,0	*	*	*	*	02	3,6
4.001 – 5.000	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
5.001 – 6.000	*	*	*	*	*	*	01	7,1	01	1,8
Total	07	100	10	100	25	100	14	100	56	100

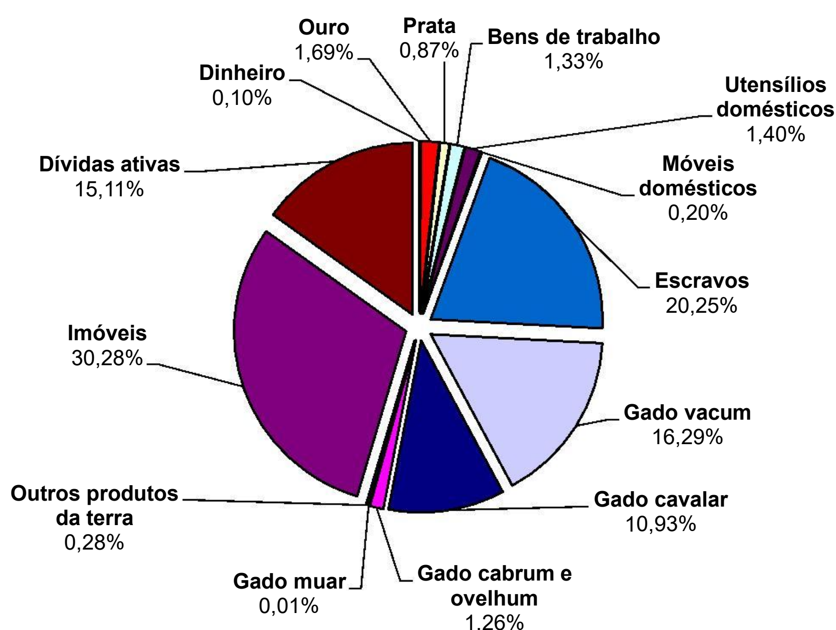
Fonte: Inventários do 1º Cartório de Caicó (1737-1813). Laboratório de Documentação Histórica do CERES/UFRN (LABORDOC). Nota: Consideramos o ativo financeiro dos inventários a soma do valor de todos os bens mais as "dívidas ativas" (devidas ao casal).

* Significa ausência de valor.

[5] MACHADO, Alcântara. ***Vida e morte do bandeirante***. Belo Horizonte São Paulo: Itatiaia Ed. USP, 1980.
[6] Machado (1980, p. 38).

Uma economia, portanto, pobre mesmo para a maioria dos que possuíam patrimônio inventariável. Entretanto, foi possível, a partir daqueles documentos, formarmos uma ideia da estrutura de posses das famílias remediadas. No gráfico abaixo, a partir da pesquisa nos inventários e testamentos, delineamos o peso de cada uma das categorias de bens no patrimônio dos criadores de gado da Ribeira do Seridó. Nos inventários, os itens aparecem reunidos por "títulos": "título de ouro", "título de dinheiro", "título de gado" (vacum, cavalar, cabrum e ovelhum), "título de escravos", "título de móveis" (móveis domésticos e demais alfaias), "título de bens de raiz" (terras e casas), "título das dívidas ativas" e "título das dívidas passivas". Para efeitos de sistematização metodológica subdividimos alguns desses itens para melhor visualização do cabedal.

Figura 1 – Proporção dos bens na composição das fortunas da Ribeira do Seridó



Fonte: Inventários do 1º Cartório de Caicó (1737-1813) – LABORDOC.

Percebemos que a tríade terra-escravo-gado respondia por 79% de todo o patrimônio inventariado. Nos 56 inventários pesquisados todos eram de alguma forma, ligados à pecuária, mas 16 não possuíam nenhum tipo de bem imóvel, terra, por exemplo. Dentre estes, 10 possuíam escravos e gado. Podemos levantar duas hipóteses: seriam vaqueiros que amealharam gados como produto da "sorte" (o pagamento em gado) e possuíam escravaria ou eram rendeiros sem terras. Como em suas dívidas não havia referências a arrendamentos, há uma maior probabilidade de que seriam vaqueiros que criavam seus rebanhos em pastos dos seus patrões, pois mesmo que já tivessem doado todas as terras em vida a seus filhos, elas apareceriam como patrimônio cedido em dote, e não foi o caso.

Tratos e Caminhos

Imersas em uma economia com pronunciada marca rural, as atividades produtivas seridoenses não estacionavam na autossuficiência e autoconsumo. A despeito da retração vigorosa em período de secas prolongadas, as movimentações comerciais transbordavam os limites da ribeira e tocavam outras distantes localidades, ponteando contatos de uma rede mercantil que se urdia em costuras internas, mas também em nexos litorâneos. Tais conexões podem ser espreitadas na escrituração dos criadores seridoenses. No inventário de José Gomes Nobre, escrito em 1764, podemos acompanhar o leque de endividamentos de um criador da Ribeira do Seridó. Seus credores eram em número superior aos que lhe deviam. As contas a pagar foram orçadas em 121$280, contra 20$560 dos débitos a receber. Suas dívidas eram da compra de garrotas e bois, “compra de uma camisa e ceroula”, “compra de parte de uma fazenda”, “dívida da escrava Luiza, pertencente à Dona Vicência, no valor de 7$320”. A natureza do valor devido à escrava não foi especificada. Certamente era proveniente de empréstimo, pois, adiante, o inventariante declararia que José Gomes devia à mesma escrava 4$000 pela compra de “dois boiotes”. E seguia-se a lista de dívidas pela compra de bois, um deles ao Capitão Casimiro Coelho, “morador na Capitania de Pernambuco”, garrotes, novilha, bestas, ovelhas, "esmolas" a três afilhadas ($500 cada uma), "ajuda" de um poldro para alforria da escrava Rita, dívidas para com “Antônio Pais, pardo” e “Domingos, escravo pertencente ao Capitão Francisco Cardoso” e “compra de uma peça de Bretanha”. Por este registro podemos perceber a gama de compromissos financeiros que um criador poderia estabelecer tanto com escravos, quanto com outros criadores locais e de outras praças.

O arrolamento das mercadorias nos inventários nem sempre era realizado declarando-se o local onde elas eram adquiridas. Deduzimos que nesta situação estavam os produtos negociados localmente, pois vilas e cidades mais distantes eram, estas sim, registradas. Do total de documentos por nós pesquisados para a Ribeira do Seridó (56 inventários), 44 declararam dívidas e desses, 06 identificaram Recife como a cidade de onde provinha seu débito. A Bahia foi citada somente uma vez em 1763, numa dívida (121$507) que tinha sido saldada com Cristóvão da Rocha Pita, “morador na Bahia”, possuidor de terras na Ribeira do Seridó. Inferimos, pelo valor da dívida, que se tratasse da compra de terras pertencentes a Cristóvão. Três citações foram feitas ao Brejo de Bananeira e Piancó (Pombal), na Paraíba; duas ao Brejo de Areia, Piancó, também na Paraíba, e somente uma citação: Açu, Potengi, Apodi, Acari, Serra Negra, no Rio Grande; Santa Luzia, Cariri de Fora, Patos, Ribeira das Piranhas e Espinharas, Catolé, Camaratuba, na Paraíba; e outra ao Ceará.

O comércio entre essas regiões coloniais foi intenso. Havia praticamente dois circuitos comerciais que se montavam entre as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Um deles articulava-se por via terrestre utilizando-se, predominantemente, dos caminhos do gado para as feiras próximas ao litoral da Paraíba e Pernambuco. Outro circuito era acionado primeiro, por via terrestre, até os "portos do sertão", depois seguia daí, por via marítima, em navegação de cabotagem que ponteava os portos do Ceará, Rio Grande, Paraíba, para desembarcar em Pernambuco. No período *post bellum* esse fluxo mercantil desembocava no porto do Recife que monopolizava os tratos comercias entre a colônia e o Reino e mais que isso "foi a pequena cabotagem que criou esta rede local de intermediários, assegurando relações regulares com o Recife, mercê da facilidade e barateza do transporte costeiro em séculos de comunicações terrestres difíceis ou simplesmente penosas"[7]. Fora do tecido espacial interiorano, a praça mercantil de Recife foi para as atividades pastoris, sem dúvidas, um importante entreposto comercial e financeiro.

As fronteiras entre as capitanias eram porosas e constantemente ultrapassadas por caminhos intestinos. Esta fluidez não era percebida de forma tão dinâmica entre o interior e Natal, a sede da Capitania do Rio Grande do Norte. Foi grande a inexpressividade comercial da Cidade de Natal com relação ao agenciamento dos produtos do interior da capitania. O insulamento da cidade deveu-se à sua formação histórica e peculiaridades geofísicas. Nasceu com honras, porém, sem estofo de cidade. Em fins do período colonial, o luso-inglês Henry Koster anotou impiedosamente suas impressões sobre a cidade: "chegando um estrangeiro em Natal teria uma opinião desagradável do estado da população nesse País, porque, se, lugares como esse são chamados de cidades, como seriam as vilas e aldeias"[8]. Natal foi sede de capitania e, posteriormente, da província, privilégio que, novamente, não lhe provocou imediato foro de centro urbano sobre o território que dominava. Ademais, o cinturão de dunas que envolvia a cidade, prejudicava sobremaneira o acesso dos tropeiros que partiam do interior da capitania em busca da sede regional. Em razão dessa falta de capilaridade mercantil Natal sofreu imensamente com crises constantes de abastecimento.

A única edificação significativa do lugar era a Fortaleza dos Reis Magos, mas, afinal que é um Forte senão o signo maior do isolamento? Se Natal contou com a imponência do Forte dos Reis Magos, este não inseminou urbanidade e movimentação portuária significativa. Localizado no estuário Piranhas-Açu, o porto da capitania com maior dinâmica comercial era o *Porto do sertão do Açu.* Era um porto fluvial que nascera do comércio do sal explorado no litoral

[7] MELLO, Evaldo Cabral de. A cabotagem no Nordeste oriental. In:___. *Um imenso Portugal*: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 181.
[8] KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 109-110.

próximo. Em razão disso, nucleou oficinas de fatura das carnes secas e processamento de atanados.[9] Do porto de Açu também era despachado o sal necessário às oficinas de carnes secas em Aracati, então próspera vila da capitania cearense. Esse trecho entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, em razão das atividades que consorciavam o gado e o sal, atraíram o comércio de parte do gado proveniente das ribeiras interioranas. Depois de venderem seu gado ou algodão, na torna-viagem os passadores poderiam comprar ali produtos provenientes do Recife: "(...) panos de algodão, aguardentes, ferramentas de feros, tabaco, farinha, feijões, melaço, açúcar, arroz e tecidos importados da Europa."[10] Além do que levavam o sal para uso doméstico e para a conservação das carnes de autoconsumo. Por esta razão é que na ribeira do Seridó, desenvolveu-se um processo de salgamento em meia-cura que ficou conhecido com "carne-de-sol".

O deslocamento do gado para a região das oficinas de carnes secas colocou em risco o fornecimento do gado "em pé" para os engenhos e afrontou o monopólio da "carne verde" de senhores notáveis das capitanias. No início da década de 1780, o Senado da Câmara de Natal expediu uma ordem que obrigava o envio de gado das duas principais ribeiras produtoras de gado. Na carta escrita às autoridades das Ribeiras do Açu e do Seridó, indicavam "um rol em que vão nomeadas as pessoas que em cada mês vão mandar para esta cidade o determinado número de rezes": 12 fazendeiros do Açu e 10 do Seridó. Movia o Senado "a grande vexação em que se passa este povo está por falta de carne faz com que este Senado, como tendo obrigação, e procure remédio a este mal". [11]

A situação acima era motivada pelas secas do período, mas também pelo comércio de gado com os portos e oficinas de carnes secas. Porém, as oficinas de carnes secas não drenaram todos os rebanhos sertanejos negociáveis. Na verdade, as populações interioranas não podiam prescindir dos gados negociados nos brejos paraibanos e entrepostos pernambucanos, devido aos necessários produtos agrícolas e manufaturados que existiam em maior diversidade nestes últimos logradouros.

Nos inventários analisados não percebemos a venda de rebanhos inteiros para estes lugares. No máximo, as dívidas se referiam à compra e venda de algumas cabeças de gado, o que nos faz pensar que a liquidação dos lucros ocorresse nos próprios locais de comercialização e que o gado comprado ali - pelo pequeno número de cabeças, que não excedia uma dezena - se

---

[9] A esse respeito consulte-se o artigo da historiadora Denise Mattos Monteiro, *Portos do sertão e mercado interno: nascimento e evolução do porto do Assú-oficinas (1750-1860),* publicado na revista História Econômica & História de Empresas. v. 15, n. 1 (2012). Sobre a produção de couros no Porto de Assú, consulte-se DIAS, *op. cit.,* p. 170.
[10] SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e mofatras* – o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 – c. 1759). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 58.
[11] "Registro de uma carta que este Senado escreveu ao Juiz do Assú, José Caetano da Costa, em 16 de agosto de 1783 para efeito de mandar gado para o povo desta cidade. Natal, 16 de agosto de 1783"; "Registro de uma carta que este Senado mandou ao Coronel Caetano Dantas na Ribeira do Seridó. Natal, 18 de junho de 1785." Citado por Dias (2001, p. 236-237).

tratasse, possivelmente, de matrizes que os criadores adquiriam para recomposição e melhoramento de seu rebanho.

Segundo Oswaldo Lamartine de Faria, até 1877 os sertões seridoenses enviavam comboios de éguas para que os comerciantes e fazendeiros comprassem gêneros de primeira necessidade em quatro viagens anuais. O milho era comprado em Teixeira (PB); o feijão no Brejo (Esperança/PB); o sal em Macau (RN) e a rapadura no Cariri (CE).[12] Estes caminhos podem ser acompanhados ainda por todo o século XIX. Em um abaixo-assinado de 1885, quando os viventes da Povoação da Conceição do Azevedo (na Ribeira do Seridó),reivindicavam a condição de vila, estas vias do mercado ainda tinham seu tracejado vivo:

> huma das mais vantajosas d'esta Província para o estabelecimento de hum grande Povoado, e Fóco de Comércio e Civilização, por ser ela onde passa com preferência à outras a estrada pública dos gados vacum e cavallar, que das Províncias do Piauhy e Ceará, do Oeste, e Norte desta Província se encaminhão para as feiras de Pedras de Fogo, e outras da Paraíba e Pernambuco[13].

Seguindo as rotas dos sertões, o comércio animava-se em grande parte seguindo as vias internas, distantes do litoral. Podemos pensar, com base na documentação consultada, que o comércio se desse da forma seguinte: o criador enviava seu gado para as feiras e lá, ao serem efetuadas as vendas, convertia o lucro em produtos para sustento de sua família e outros bens que poderia comercializar nos logradouros por onde passava e na sua ribeira de origem. No próprio trajeto até o mercado consumidor formavam-se pousadas para o gado, onde os moradores locais compravam o gado depreciado e incapaz de continuar o percurso. Ademais, vendiam aos transeuntes o excedente de suas lavouras ou produtos elaborados, como a farinha e a rapadura[14].

As tropas condutoras de gado com seus "homens de caminho"[15] operariam a toda potência até a Grande Seca (1790-1793) que destruiu os rebanhos interioranos e, por conseguinte, causou sério e profundo abalo no comércio de produtos da pecuária. A partir da década de 1790 a natureza da carga começaria a mudar. Os tropeiros conduziriam com mais largueza a produção agrícola sertaneja. Era o algodão que tinha ganhado valor inaudito devido à favorável conjuntura político-econômica do exterior.

Pelos dados documentais é certo que no início do século XIX, nas terras da Vila do Príncipe, Ribeira do Seridó, havia excedente de algodão suficiente para ser exportado. O preço mínimo por arrouba já se equiparava ao valor dos bois vendidos na freguesia (ver Tabela 2). Não

---

12 FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Ferros de ribeiras do Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1984. p. 05.
13 "Abaixo-assinado da Povoação da Conceição do Azevedo". 1885. Acervo de Diego Marinho de Gois.
14 ABREU, João Capistrano. de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Editora da UNB, 1982. p. 134.
15 "Os ´homens de caminho' eram todos aqueles envolvidos com as atividades econômicas dos sertões e forma assim denominados pelas autoridades quando se referiam a contratadores, administradores de passagens, comboieiros, viandantes, passadores e transeuntes que circulavam pelos caminhos de terras e de águas". Cf. IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho*: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012. p. 20.

sabemos o montante da produção de ambos para exportação, pois os documentos pesquisados, infelizmente, não revelaram o balanço comercial da vila. Podemos, todavia, perceber que existia mercado para compra de *algodão em caroço* (ver Tabela 3). Plumas e grãos beneficiados, talvez, pelos comerciantes ou pelos próprios fazendeiros que os compravam, ainda brutos, de sitiantes menores, rendeiros, escravos e agregados, indivíduos cujo tempo dedicado a outras atividades impossibilitava-lhes o custoso trabalho de descaroçamento manual, ou mesmo não tinham condições financeiras para possuir o engenho para tal fim.

TABELA 2

Gênero de importação (por arrouba)

MERCADORIAS	PREÇO MAXIMO	PREÇO MEDIO	PREÇO MINIMO
Algodão em caroço	1$000	$800	$640
Sola	$800	$720	$640
Couros miúdos	$320	$240	$160
Bois	8$000	6$000	4$500
Poldrinhos	4$000	3$000	2$000
Ovelhum	$400	$270	$200
Cabrum	$320	$320	$260
Bezerros	1$200	$900	$800

Fonte: Mapa dos preços correntes na paróquia da Vila do Príncipe no mês de janeiro e no ano de 1802.[16]

TABELA 3

Gênero de exportação (por arrouba)

MERCADORIAS	PREÇO MAXIMO	PREÇO MEDIO	PREÇO MINIMO
Algodão em lã	5$500	4$500	4$000
Sola	$800	$720	$640
Couros miúdos	$320	$240	$160
Bois	8$000	6$000	4$000
Cavalos	16$000	12$000	1$000

Fonte: Mapa dos preços correntes na paróquia da Vila do Príncipe no mês de janeiro e no ano de 1802.[17]

Devido às características do cultivo, à valorização da pluma e à logística de distribuição da mercadoria, a cotonicultura conectou a agricultura sertaneja ao mercado inter-regional. Ao valorizar-se neste circuito comercial como excedente da produção familiar, o algodão

[16] Cf.: AUGUSTO, José. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi Editor, 1954. p. 26-27.
[17] Idem, ibidem.

proporcionou a inserção mercantil de pequenos produtores, constituindo uma nova fonte de renda, tanto para aqueles que possuíam terras, quanto para os foreiros e parceiros. Manoel Arruda da Câmara anotou a simplicidade do cultivo: "O único instrumento agronômico, que deve servir na plantação dos algodoeiros, he a enchada, e quatro pessoas, armadas deste instrumento bastão para plantar o maior campo de algodão".[18] O seu cultivo em nada alterava a rotina dos demais plantios, uma vez que o algodão era consorciado às demais culturas de subsistência. Por outro lado, o escoamento do produto poderia utilizar a mesma logística antes usada pelos passadores de gado, tanto na direção à Paraíba e Pernambuco, quanto rumo aos portos do sertão, a depender do preço e das mercadorias em que o algodão poderia ser trocado. O que mudava em toda essa operação era o número maior de animais de carga que teriam de ser usados para conduzir os fardos de algodão prensado. Podemos ter uma ideia da cena através da ilustração que Henry Koster anexou ao seu relato de viagem por esses sertões.

Figura 2: *A cotton Carrier*



Fonte: KOSTER, Henry. Viagem ao Nordeste do Brasil, p. 401.

As vilas e cidades de comércio mais dinâmico forneciam uma série de produtos de que as populações dos sertões precisavam. As tropas de burros, mulas e cavalos respondiam por fazer escoar as mercadorias. Os artigos chegavam às ribeiras pelos tropeiros-mascates que comercializavam seus produtos, geralmente permutando suas mercadorias por produtos da terra,

[18] CAMARA, Manuel Arruda da. *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar etc* : em que se propoem alguns planos novos, para o seu melhoramento. Lisboa : Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799. p. 30.

principalmente gado. As cargas eram transportadas em montarias seladas com "cangalhas", aparelho de madeira, forrado com esteira de pano ou couro, estofado de capim seco ou algodão.

Nos sertões seridoenses, nos tempos presentes, chamam-se ainda de produtos da "terra" aqueles que são produzidos a partir de processos artesanais do lugar ("arroz da terra", e "manteiga da terra", por exemplo) e do "reino", principalmente laticínios enlatados, como manteiga e queijo de outras regiões. Um resquício de tempos quando eram comprados quase todos os produtos manufaturados consumidos na ribeira. No "Mapa dos Preços Correntes da Paróquia da Vila do Príncipe em 1802" e nos inventários lavrados nessa principal vila seridoense, testemunhamos a natureza dos produtos importados. Dos tecidos: as bretanhas (*de peça, do tipo suécia* e *ocambi*), cambraias, panos de chamalote (*ordinário* e *inferior*), estopas e *panos finos* e *inferiores*, *baetas*, *chitas* (brancas e azuis), *riscadinhos*, *cassas*, *morins*, *caratis*, *cangas*, *fitas para saia*, *bambus* e *peças de algodão inferior*; dos acessórios da indumentária: lenços, chapéus (*fino, braga* e *baeta)*; dos gêneros alimentícios: além do gado, o sal, azeite doce, vinagre e a rapadura; das bebidas alcoólicas: o vinho e a aguardente.

João Fragoso e Manolo Florentino analisando o comércio entre a colônia e a Metrópole, especialmente na praça do Rio de Janeiro precisam a procedência dessas mercadorias:

> Do Reino comprava-se principalmente panos: chita, baetões, fitas de seda e veludo, gangas de algodão e seda, lenços, musselinas, tecidos de algodão cru, cetim, chapéus, panos de linho e renda, [...] vidros, as bulas, a aguardente, as drogas e espingardas, os objetos de estanho, os paios, a pólvora, os presuntos, o vinho, o bacalhau e o vinagre. De outras partes da Europa, [...] através dos portos metropolitanos adquiria-se [...] tecidos ingleses (algodão cru, baetas e baetões, casemiras, durantes), mas também bretanhas de Hamburgo e, da França, veludos e cetim. Comprava-se também manufaturados de metais (de chumbo, de ferro, de latão e de cobre), papel, manteiga, velas, breu, e alcatrão de variada procedência.[19]

A lista do "Mapa de Preços..." cobria certamente apenas as mercadorias de maior valor e procura, principalmente, as provenientes do "Reino". A aguardente, por exemplo, foi citada na prestação de conta que fez o curador da "viúva demente", Izabel Francisca. Nele, um instantâneo de seu consumo terapêutico e doméstico:

> tecido de algodão para a viúva fazer camisa, uma vara de pano de algodão dado ao cabra da viúva, fitas para saia, uma garrafa de vinagre, uma garrafa de aguardente da terra para mezinha da viúva, uma garrafa de azeite doce, uma chave, meia arrouba de fumo para a viúva, cangalhas, quatro varas de algodão para a negra da viúva fazer saia, venda de vinte e quatro cabras, chapéu de baeta, dois cocos [copos] de beber água, alções de sela gineta, baeta, retrós, fita, doze colheres de latão, candeia de ferro, camelão azul, fita de linho, um vintém de gengibre, seis pratos de estanho, linhas, freios, facas flamengas, linho, uma libra de pólvora.[20]

[19] FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 99-100.
[20] Inventário de Mateus Rodrigues de Almeida, 1774. LABORDOC.

Nos sertões que aqui estudamos as mercadorias importadas do "Reino" e da "Terra" eram adquiridas no agreste do Rio Grande, em Pernambuco e nos brejos paraibanos por tropeiros das fazendas ou mercadores. Regiões de umidade persistente, os vales e brejos[21] foram de singular importância na produção de alimentos, como fica demonstrado na documentação com as mercadorias comercializadas nas feiras dos brejos paraibanos. Assim como nos vales do Apodi, Açu (Rio Grande), Jaguaribe (Ceará) e a região agreste próxima à Natal, Mamanguape (Paraíba), Goiana, Igarassu e outras regiões vizinhas a Recife. Possuindo terras férteis, com nível de umidade excepcional para sertões semiáridos, os brejos foram os primeiros celeiros do abastecimento interno no circuito colonial dessas regiões. Por essas razões, e mais, pela distância exequível para o transporte em cavalos de carga, os brejos, ponto nodal de toda a trama de caminhos de gado em direção às feiras, deram origem a vilas e cidades que até os dias de hoje ainda exercitam sua secular atividade de fornecedores de produtos de origem vegetal para as cidades interioranas. Nos sertões semiáridos todos os caminhos levavam aos brejos. Todos os trajetos do abastecimento das populações das capitanias anexas a Pernambuco terminavam convergindo para estas áreas em razão das interseções logísticas do abastecimento interno, das rota naturais de fuga em períodos de severa estiagem, e pelas possibilidades de comércio e crédito.

Nos inventários *post-mortem* podemos observar as dívidas e créditos que compunham algumas das operações contábeis das fazendas de gado nos sertões. Na maioria dos casos, tratava-se de empréstimos contraídos como o fez Diogo Pereira da Silva em 1737, a moradores da Paraíba "de principal e juros a seis e um quarto por cento". Mais comumente nos deparamos com capital *in natura* empenhado na compra e venda de gado vacum, cavalar e cabrum. Outros itens de menor ocorrência foram roupas, "esmolas", "ajuda", "obrigações", compra e venda de escravos, peixe, farinha e outros mantimentos. "Esmolas" e "ajudas" eram doações feitas a pessoas que o inventariado tinha em melhor conta no seu convívio, poderiam ser filhos, afilhados, agregados e até escravos. "Obrigações" poderiam ser dívidas ou tão somente pagamentos a serviços da fazenda.

A despeito da baixa lucratividade da atividade pastoril, foi no interior do próprio sistema que se deu, amiúde, o regime de financiamento. Perceberemos pelo quadro seguinte, partindo dos inventários que continham alguma espécie de dívidas, que no geral, os fazendeiros chegaram até o final da vida com bens inventariáveis. Em sua maioria (27 deles), endividou-se mais que a totalidade (44). Somente 17 inventariantes (nos campos hachurados da tabela abaixo) possuíam mais dívidas ativas que dívidas passivas (ver Tabela 4).

[21] O termo *brejo* de início designava solos de aluvião encharcados. Hoje se refere a diferentes sítios: "cimeira e porções centrais de maciços antigos, sobrelevados em relação aos sertões ou aos agrestes (*serras úmidas*); piemonte de escarpas e encostas de maciços e serras voltados para ventos úmidos (vertentes de barlavento); ribeiras e setores de vales bem orientados perante ventos úmidos marítimos; encostas úmidas acrescidas de agrupamento de *olhos d'água* – além de numerosas outras situações combinadas". Cf. AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. São Paulo. *Estudos Avançados.* 13 (36), 1999. p. 20

TABELA 4

Dívidas ativas e passivas

ANO	TOTAL DO PATRIMONIO	DIVIDAS ATIVAS	% [(A)]	DIVIDAS PASSIVAS	% [(B)]
1737	3.321.119,00	702.202,00	21,14	1.081.165,00	32,55
1754	886.334,00	38.500,00	4,34	37.180,00	4,19
1755	1.640.265,00	0,00	0,00	137.140,00	8,36
1757	29.057,00	0,00	0,00	10.500,00	36,14
1759	1.312.359,00	696.000,00	53,03	308.400,00	23,50
1761	630.782,00	0,00	0,00	149.120,00	23,64
1763	634.853,00	143.000,00	22,52	32.380,00	5,10
1763	1.376.123,00	175.300,00	12,74	1.233.450,00	89,63
1764	499.354,00	20.560,00	4,12	121.280,00	24,29
1765	683.195,00	150.700,00	22,06	125.300,00	18,34
1768	547.038,00	53.000,00	9,69	40.000,00	7,31
1774	3.375.534,00	1.099.780,00	32,58	18.760,00	0,56
1781	214.311,00	0,00	0,00	36.840,00	17,19
1783	670.883,00	10.000,00	1,49	0,00	0,00
1791	2.341.731,00	36.000,00	1,54	154.980,00	6,62
1791	1.746.691,00	76.700,00	4,39	0,00	0,00
1791	343.401,00	66.350,00	19,32	1.000,00	0,29
1793	155.363,00	14.780,00	9,51	58.080,00	37,38
1793	1.257.718,00	8.240,00	0,66	517.886,00	41,18
1793	12.993,00	0,00	0,00	108.420,00	834,45
1794	521.154,00	172.720,00	33,14	88.000,00	16,89
1795	288.230,00	43.120,00	14,96	0,00	0,00
1795	398.035,00	0,00	0,00	30.000,00	7,54
1795	153.275,00	0,00	0,00	257.440,00	167,96
1796	128.696,00	0,00	0,00	197.710,00	153,63
1797	748.877,00	67.000,00	8,95	104.000,00	13,89
1798	1.503.928,00	599.200,00	39,84	167.000,00	11,10
1798	1.938.558,00	0,00	0,00	94.890,00	4,89
1798	125.638,00	45.000,00	35,82	116.615,00	92,82

1798	351.438,00	122.000,00	34,71	675.520,00	192,22
1798	2.665.578,00	937.000,00	35,15	39.000,00	1,46
1799	1.715.180,00	34.381,00	2,00	0,00	0,00
1799	524.199,00	0,00	0,00	56.000,00	10,68
1800	464.900,00	36.000,00	7,74	13.980,00	3,01
1800	1.048.561,00	39.720,00	3,79	0,00	0,00
1801	804.561,00	20.980,00	2,61	233.480,00	29,02
1801	479.061,00	0,00	0,00	38.000,00	7,93
1803	864.053,00	99.510,00	11,52	14.480,00	1,68
1803	643.643,00	142.000,00	22,06	166.105,00	25,81
1803	755.163,00	39.500,00	5,23	233.000,00	30,85
1803	1.293.308,00	0,00	0,00	30.000,00	2,32
1808	197.888,00	0,00	0,00	51.800,00	26,18
1809	2.298.619,00	130.000,00	5,66	168.040,00	7,31
1813	6.810.993,00	295.380,00	4,34	1.224.480,00	17,98
TOTAL	50.851.918,00	2.607.671,00	5,13	8.171.421,00	16,07

Fonte: Inventários do 1º Cartório de Caicó . LABORDOC. Nota: (A)(B) Percentual calculado sobre o total do patrimônio.

O fato de dever mais, não significa que os endividados eram tomados como insolventes. A própria existência do inventário já justificava que eram dívidas cobertas, ou seja, débito amparado por recursos patrimoniais do devedor. Se não houvesse moeda sonante para pagá-las, recorria-se judicialmente à venda de parte do patrimônio que era empatado para tal fim ou disponibilizava-se porção dos bens para leilão. A arrematação era feita em "praça pública" pelo porteiro da Câmara da vila.

No Auto de Pregões constante no Inventário de Joana Paz Bezerra registrou-se um desses leilões em 1781. O porteiro, em dia aprazado, percorreu as ruas da vila com um "ramo verde na mão" a gritar "em alta e prefectível voz [perfectível] dizendo quem quiser lançar um taxo de cobre de sete libra e meia venha-se a mim receber o seu lanço". Recebido o primeiro lance de "quatrocentos e quarenta réis", volta a clamar: "e a quem mais der se venha a mim afronta faço por que mais não acho [...] e dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três", arrematado.[22]

Desta forma foi realizado em 1809 o leilão para pagamento das dívidas de João Gualberto Rosa. Os bens chamam a atenção pelo valor tanto simbólico quanto material: "um par de fivelas de sapatos", "um par de fivelas de calção", "um espadim aparelhado de prata", "uma espada

[22] "Auto de Pregões" constante no Inventário de Joana Paz Bezerra (1781). LABORDOC.

aparelhada de prata", "um par de esporas de prata", "cento e dezoito oitavas e meia de prata amassada", "dezesseis bois de lote", "um cavalo ruço pai de bestas", "dois cavalos alazões", "um cavalo ruço em grão", "um cavalo ruço preto em grão", "um novilho pai de curral". No total de 199$250. Era um homem de muitas posses que deixara a sua viúva 1.014$945 e a cada um dos cinco herdeiros (uma filha viúva, outra casada e três filhos solteiros) 169$157. Normalmente, as armas eram passadas para os filhos adultos. Neste caso, os filhos de João Gualberto, todos menores de idade, perderam as relíquias de seu poder. Era o arranjo possível para a nau frágil das fazendas que periodicamente adernava surpreendida pelo clima, pela morte ou por decisões imprevidentes dos proprietários.

Considerações finais

Tangenciando Natal, a sede da Capitania do Rio Grande do Norte, a lógica mercantil do espaço interiorano seguia, em primeiro lugar, as rotas terrestres fundadoras de sua própria colonização. As feiras de "gado em pé", localizada nos brejos e nas proximidades dos litorais paraibanos e pernambucanos, imantavam a demanda pelo comércio de animais para tração, corte e courama. A venda dessas mercadorias vivas capitalizava a compra de produtos manufaturados e alimentícios que chegavam aos sertões pelos mesmos passadores de gado ou mercadores que desciam até as ribeiras interioranas. Nessas operações de compras e vendas não faltaram aquelas que adiantaram capitais como financiamento que poderiam ser pagos com produtos futuros. A praça mercantil de Recife foi um dos centros irradiadores dessas práticas. Por outro lado, os "portos do sertão" do litoral leste-oeste atraíram passadores com seus gados, ativando as oficinas de carnes secas, sal e produtos que circulavam na navegação de cabotagem. Independente dos espaços, tal lógica que estava inscrita na engrenagem de uma estratificação econômico-social na colônia formada, na base, pelos proprietários de terras, afunilando-se, para o alto, com os agentes ligados às atividades mercantis e creditícias. [23]

[2]Cf. FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.*